

Prisioneiros: a Face Esquecida da Guerra

Fátima Mariano

Jornalista e investigadora integrada do Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (IHC-FCSH/NOVA). Tem dedicado o seu trabalho ao estudo da condição feminina durante a 1.ª República Portuguesa e aos prisioneiros da Grande Guerra.

Resumo

Após o final da Primeira Guerra Mundial e ao longo da década de 20, vários antigos prisioneiros portugueses – sobretudo oficiais do Exército – publicaram em livro as suas memórias dos meses que viveram nos campos de concentração alemães. Contudo, durante o Estado Novo e mesmo após a revolução de 25 de Abril de 1974, a historiografia dedicada à Grande Guerra praticamente ignorou a experiência do cativo dos quase oito mil militares e civis capturados pela Alemanha em África e na Europa. Só na última década, com o aproximar do centenário da Primeira Guerra Mundial, assistimos ao recuperar dessas memórias perdidas.

Abstract

Prisoners: The Forgotten Face of War

After the end of World War I and throughout the 20s, several former Portuguese prisoners – mostly Army officers – published their memories of the months lived in German concentration camps. However, during “Estado Novo” and even after the revolution of April 25, 1974, the historiography dedicated to Great War nearly ignored the experience of captivity of about eight thousands soldiers and civilians captured by Germany in Africa and Europe. Only in the last decade there was an effort to recover those lost memories.

O “Véu Bem Espesso” de Ferreira Martins

Em 1935, na sua obra em dois volumes *Portugal na Grande Guerra*, o antigo vice-chefe do Estado-Maior do Corpo Expedicionário Português (CEP) em França, o General Ferreira Martins, reconhece que “se fosse possível fazê-lo, o que esses infelizes camaradas narram do seu longo martírio físico e moral de prisioneiros daria um interessante e longo capítulo” (Martins, 1935, vol. 2, p. 119), mas pede que se corra “um véu bem espesso sobre esse cenário de horrores que foi a vida de fome, de miséria, de martírio, dos prisioneiros portugueses na Alemanha” (Martins, 1935, vol. 2, p. 120).

Afinal, “o prisioneiro foi o que falhou do ponto de vista militar” (Teixeira, 1992, p. 91), mesmo quando lutou até à última munição ou até quando as suas forças física e anímica o permitiram, e essa imagem do combatente que se deixou capturar pelas forças inimigas não se ajustava à imagem da heroicidade do militar português que era necessário enaltecer. Ao mesmo tempo, era preciso colocar também um véu sobre duras críticas dirigidas pelos antigos prisioneiros e suas famílias aos sucessivos governos da nação por se terem esquecido deles durante o cativo e após o seu regresso à Pátria.

O desejo de Ferreira Martins cumpriu-se. As obras memorialísticas dos antigos militares foram dadas à estampa logo após o seu regresso a Portugal e até meados da década de 20, “quando as feridas de guerra não tinham ainda sarado e o empenhamento nacionalista estava ainda exaltado” (Teixeira, 1992, p. 95). Especificamente sobre a experiência do cativo, aquela que até agora conseguimos localizar como sendo a de publicação mais tardia é a de António Braz (1935) intitulada *Como os Prisioneiros Portugueses Foram Tratados na Alemanha*, mas vários manuscritos mantiveram-se nos espólios das famílias e só nos anos mais recentes, com o aproximar do centenário da Primeira Guerra Mundial, têm vindo a tornar-se públicos.

Ao longo do “Estado Novo” e mesmo após a revolução de 25 de Abril de 1974, a historiografia portuguesa deixou que esse “véu bem espesso” se mantivesse sobre a experiência do cativo vivida por quase oito mil militares e civis durante a guerra de 1914-1918. Nas obras gerais sobre a participação portuguesa no primeiro conflito mundial, a questão dos prisioneiros reduz-se quase exclusivamente a uma discussão sobre números (Oliveira, 2011, p. 2), nem sempre coincidentes e sujeitos a um questionamento permanente.

Determinar o número exato de militares e de civis capturados pelas forças inimigas nos teatros de guerra europeu e africano será das missões mais difíceis que o/as estudioso/as desta temática têm pela frente. Obriga a um permanente cruzar de nomes citados nos diários e memórias escritos por quem viveu o conflito, com aqueles que a imprensa da época publicava – quase diariamente a partir de maio de 1918 –, as listas da Agência Central dos Prisioneiros de Guerra do Comité Internacional da Cruz Vermelha e da Cruz Vermelha Portuguesa (sedeado em Genebra), a

documentação existente nos arquivos Histórico Militar, Histórico Ultramarino, Histórico Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros e no arquivo e biblioteca da Liga dos Combatentes – que tem núcleos dispersos por todo o país –, no Imperial War Museum (Londres), a correspondência recebida pela secretaria particular do Rei espanhol Alfonso XIII e as cartas, postais, relatórios e outro tipo de documentos que estão na posse de familiares desses combatentes, só para citar algumas das principais fontes de informação.

Nos estudos mais recentes, impulsionados pela evocação do centenário da Grande Guerra, poucas páginas têm sido dedicadas aos prisioneiros e ao “cenário de horrores” no qual viveram durante meses e são escassas as referências à experiência de cativo dos que foram capturados em Angola e em Moçambique entre 1914 e 1918. O facto de a Primeira Guerra Mundial continuar ainda “a ser maioritariamente europeia e ocidental” (Arrifes, 2004, p. 17) e de muitas das fontes coevas sobre as tropas expedicionárias enviadas para África só recentemente começarem a ser tratadas arquivisticamente e a estarem disponíveis para consulta do(as) investigadores(as) terá também contribuído para que esta lacuna continue a existir. A historiografia portuguesa tem ainda um longo caminho a percorrer no que respeita à Primeira Guerra Mundial e à temática dos prisioneiros em particular, embora tenham já sido dados alguns passos em frente. A dispersão das fontes primárias – documentos escritos e iconografia – por arquivos nacionais, internacionais e de família, o desconhecimento do paradeiro de diversos documentos – como as atas dos Conselhos de Ministros realizados durante o período da guerra –, o não tratamento arquivístico de muitas fontes coevas e o mau estado de conservação em que algumas se encontram, são dificuldades que aqueles(as) que pretendem desbravar este caminho enfrentam.

Levantando a Ponta do Véu

Apesar da inexistência de obras de fundo sobre os prisioneiros portugueses da Primeira Guerra Mundial, existem alguns estudos relevantes sobre esta temática que importa referir. Os mais antigos por nós identificados são dois artigos científicos que datam de finais da década de 80 e inícios da de 90 do século XX (Freitas, 1987; Teixeira, 1992).

No primeiro, recorrendo à imprensa da época e a obras memorialísticas – uma das quais inédita, o diário do então Tenente-Coronel Diocleciano Augusto Martins –, Maria Helena Brandão Cardoso de Menezes de Freitas centra a sua análise na carência alimentar que acompanhou os expedicionários durante todo o período de cativo na Europa e nas iniciativas que as organizações femininas portuguesas – particularmente a Comissão Protetora dos Prisioneiros de Guerra Portugueses e a Cruzada das Mulheres Portuguesas – promoveram para minorar o sofrimento desses combatentes.

Nuno Severiano Teixeira (1992, p. 94), depois de alertar para a necessidade de “procurar um *corpus documental* tão coerente e completo quanto possível” sobre esta questão, aborda sinteticamente a evolução do estatuto jurídico do prisioneiro de guerra ao longo da história, para se concentrar na experiência de vida dos militares portugueses detidos nos campos de concentração alemães nos anos de 1917 e 1918. Uma vez mais, não há referência aos militares capturados em território africano onde se registavam combates entre Portugal e a Alemanha desde finais de 1914.

Ainda na década de 90 do século XX, uma referência à obra de Ana Luísa Araújo Pinto (1996), que trata a temática de uma forma muito sumária e apenas para o teatro de guerra europeu. No capítulo dedicado à guerra nas colónias africanas, apresenta o número de militares que caíram nas mãos dos germânicos no ataque ao forte de Naulila (Angola), em 18 de dezembro de 1914, e ao posto de Negomano (Moçambique), em 25 de novembro de 1917, mas não os inclui nos quadros que apresenta sobre as baixas portuguesas em Moçambique (Teixeira, 1996, p. 76) e em Angola (*idem*, p. 86). Inclui, contudo, uma súmula das entrevistas que realizou a dez antigos combatentes, dois dos quais ex-prisioneiros, embora a publicação integral das mesmas tivesse enriquecido a investigação por se tratarem de uma fonte de informação de grande relevância para o estudo da participação de Portugal na Grande Guerra.

Das obras mais recentes, destacamos a de Marco Fortunato Arrifes (2004) sobre a grande guerra em Angola e em Moçambique, que inclui um subcapítulo dedicado aos prisioneiros, e a de Fernando Rita (2013) sobre a vida dos expedicionários nos três teatros de guerra. A partir do diário do 1.º cabo Sebastião Duarte – que integra o seu arquivo pessoal –, Rita narra o percurso deste militar desde o momento da captura na batalha de La Lys até ao regresso a casa, em 1919, e avança ainda com uma estimativa quanto ao número de soldados, praças e oficiais portugueses capturados entre 1914 e 1918 em território africano: 678 em Moçambique e 68 em Angola.

Por fim, gostaríamos de fazer referência a dois artigos da nossa autoria (Mariano, 2012; 2014). O primeiro sobre as iniciativas promovidas pelas mulheres portuguesas para tentar minorar o sofrimento dos militares e civis que estavam detidos nos campos de internamento alemães, com um enfoque especial no trabalho da Comissão Protetora dos Prisioneiros de Guerra Portugueses, constituída exclusivamente por mães, mulheres, irmãs e filhas desses homens. O segundo, sobre a vida dos prisioneiros (militares e civis) nos campos de concentração em África e na Europa, partindo da informação divulgada da imprensa da época e de obras memorialísticas, não só dos antigos combatentes portugueses, mas também dos relatos de ex-prisioneiros de outras nacionalidades, principalmente britânicos e franceses.

Na última década, assistimos ao resgate dessa memória perdida sobre a experiência do cativo por parte de familiares de antigos prisioneiros, através da reedição dos

seus diários (Braz, 2014; Lourinho, 2006) ou da publicação de manuscritos inéditos (Santos e Santos, 2008; 2014), acompanhadas de breves contextualizações históricas. De entre estas, destacamos a obra de Gil Manuel Santos e de Gil Filipe Santos por nos dar a conhecer o diário de um soldado – o único conhecido até ao momento –, uma vez que as obras memorialísticas publicadas até hoje são de praças e de oficiais, que mesmo nos campos de concentração recebiam um tratamento privilegiado quando comparado com o dos expedicionários de baixa patente – não eram obrigados a trabalhar e tinham direito a receber um soldo idêntico ao dos oficiais da mesma patente no Estado captor.

De ressaltar ainda iniciativas importantes como os “Dias da Memória”¹, promovidos pelo projeto² *Portugal 1914-1918* do Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, durante os quais o/as cidadão/ãs são convidado/as a partilharem informações sobre familiares e/ou conhecidos que tenham vivido no tempo da Primeira Guerra Mundial e que permitiram recolher dados muito relevantes sobre a experiência do cativo dos expedicionários portugueses.

Há também estudos realizados por investigadores(as) no âmbito dos seus projetos de mestrado (Lopes, 2012; Oliveira, 2011), que nos apresentam um quadro mais abrangente da vivência do cativo e exploram novas fontes coevas, nomeadamente o relatório sobre maus tratos a prisioneiros portugueses realizados por Pestana de Vasconcelos – delegado militar do Serviço de Prisioneiros de Guerra – ou o inquérito nacional a antigos presos coordenado pelo juiz Pedro de Castro.

Um Véu de Esquecimento?

O véu de que falava Ferreira Martins em 1935 caíra já sobre os prisioneiros de guerra desde o dia em que o primeiro expedicionário foi capturado pelas forças alemãs em território africano, embora não tão espesso como aquele que o antigo subchefe do Estado-Maior do CEP pedira. Em 16 de julho de 1915, já depois da libertação dos 64 militares detidos durante o combate de Naulila (Angola), o senador Lima Duque revoltava-se contra o facto de tal se ter ficado a dever à Inglaterra e não “à intervenção diplomática, que o Governo tinha anunciado estar a efectuar-se”, perguntando o que estava “a fazer o Sr. Sidónio Pais em Berlim” (Mariano, 2014, p. 647). À semelhança de todas as interpelações feitas na Câmara dos Deputados e no Senado sobre os prisioneiros de guerra durante o conflito, também esta ficou sem resposta.

1 A 1.ª edição dos “Dias da Memória” realizou-se entre os dias 17 de 19 de outubro de 2014 na Assembleia da República; a 2.ª edição, nos dias 13 e 14 de fevereiro de 2015 na Casa dos Cubos, em Tomar; a 3.ª edição, nos dias 16 e 17 de outubro de 2015 na Academia Militar na Amadora.

2 Sobre este projeto consultar o portal disponível em <http://www.portugal1914.org/>.

Mas foi em solo europeu, e em particular na ofensiva de abril de 1918, que Portugal registou o maior número de prisioneiros. A partir desta data, assiste-se a uma mobilização geral da sociedade civil, que se multiplica em iniciativas para minorar o sofrimento dos expedicionários que sobreviviam nos campos de concentração, contrastando com a inércia dos políticos. A imprensa britânica e francesa saudou os portugueses pela forma heroica como resistiram ao ataque de 9 de abril, mas em Portugal, as diversas forças políticas estavam mais preocupadas a responsabilizarem-se mutuamente pelo “desastre” que a derrota em La Lys representava.

O Tenente-General Ferreira do Amaral, que participara na expedição de pacificação ao sul de Angola em 1915 e fora comandante do Batalhão de Infantaria 15 do CEP, não poupa críticas à deturpação dos factos, “pela confusão política”, sobre o que se passou na Batalha do Lys, que terá contribuído para que durante décadas, na memória coletiva e na própria historiografia portuguesa, esta tivesse sido recordada como “o desastre de 9 de Abril”:

“Os políticos denominados ‘democráticos’ vomitam pragas contra os chamados ‘sidonistas’, acusando-os de responsáveis pelo *desastre* de 9 de Abril, o que nos levou a concluir que estão convencidos, ou que sabem de fonte segura, que os ‘sidonistas’ pediram ao general alemão *a finesa*, de atacar os Portugueses, *sem falta*, nesse dia! Em reivindicativa, os ‘sidonistas’ despejam sobre os ‘democráticos’ as maiores diatribes, tornando-os responsáveis pelo *desastre* de 9 de Abril: e deste modo, devemos ou podemos concluir que os ‘sidonistas’ possuem documentos, em que provarão, a seu tempo, que o governo que mandou as tropas para o *front* ocidental, empregou todos os esforços para que os Portugueses fossem colocados num sector que de antemão se sabia dever ser atacado no dia 9 de Abril de 1918! Ambos os adversários chamam ‘DESASTRE’ ao que se passou nesse dia com os Portugueses, que procuraram evitar o avanço alemão até onde o seu máximo esforço o permitia. É caso para notar uma falta que ambos os partidos cometeram, para se poderem acusar mutuamente: foi o de não terem enviado *a tempo*, delegados especiais para assistir ao ‘DESASTRE!’” (Amaral, 1923, p. 9).

Referindo-se aos milhares de militares capturados pelos germânicos durante a batalha do Lys, Ferreira do Amaral, no mesmo tom irónico e crítico, escreve: “Quanto aos que foram aprisionados, esses, pedirão ao cidadão português desculpas sem fim, por não terem fugido logo de manhã e terem-se deixado ficar nos seus postos até se lhes acabarem as munições” (Amaral, 1923, p. 47).

Os relatos que nos chegaram sobre o que se passou nesse “9 de Abril” são unânimes quanto ao desânimo e ao cansaço das tropas e ao sentimento de abandono por parte daqueles que na altura governavam Portugal. Leiamos Augusto Casimiro, Capitão do Regimento de Infantaria 31: “Os nossos soldados tinham-se definitivamente convencido de que se de Portugal não vinham reforços em oficiais e praças, era somente porque os responsáveis do poder o não desejavam. E a estes se impôs a responsabilidade no crime que, abandonando os condenados, os exilados da

Flandres, – parecia consagrar pela sua reintegração de desertores e trãnsfugas da guerra, a incapacidade guerreira dos que haviam ficado em Portugal” (Casimiro, 1918, p. 21).

O regime político republicano tinha sofrido um revés em dezembro de 1917. Entre os dias 5 e 8 desse mês, Sidónio Pais encabeçara um golpe militar na sequência do qual foi exonerado o governo liderado por Afonso Costa e destituído o então Presidente da República, Bernardino Machado. Em 11 de dezembro, Sidónio Pais assume as pastas de ministro da Guerra e dos Negócios Estrangeiros e em 27, a chefia do Estado. Assiste-se a uma mudança na política de guerra, travando-se não só “a rendição dos contingentes”, mas também abandonando os prisioneiros de guerra (Oliveira, 2011, p. 94), embora, cinco dias após a assinatura do Armistício, Sidónio Pais tenha enviado aos militares internados no campo de Rastatt um telegrama no qual dizia que Portugal se lembrava “com carinho e reconhecimento dos seus filhos prisioneiros” e se congratulava pelo aproximar da “hora da liberdade e do regresso à Pátria” (Lourinho, 2006, p. 145).

Esta falta de interesse pelos destinos dos prisioneiros foi uma constante desde 1914. Em maio de 1917, o governo alemão propôs a Portugal “um acordo respeitando ao soldo a receber pelos oficiais portugueses” – tal como previsto nos tratados internacionais e à semelhança do que tinha feito com outras nações inimigas –, mas o governo luso só em meados de 1918 deu seguimento à proposta, segundo um telegrama enviado pelo embaixador espanhol em Berlim aos prisioneiros do campo de Breesen (Braz, 2014, p. 315). E só por “graciosa resolução do governo alemão”, os oficiais portugueses começaram a receber “pagamento igual ao dos oficiais ingleses”, conta o Capitão Adelino Delduque (1919, p. 1) nas páginas do jornal *A Capital*. Numa conferência pronunciada na Sociedade de Geografia de Lisboa em 9 de agosto de 1918, à qual assistiram representantes do corpo diplomático e do Presidente da República, o Conde de Penha Garcia – membro do Comité de Socorros aos Militares e Civis Portugueses Prisioneiros de Guerra – critica o governo por ainda não ter conseguido um acordo para o repatriamento dos inválidos de guerra e o internamento num país neutral daqueles que se encontravam gravemente doentes (O Século, 1918, p. 1). Portugal também nunca alcançou qualquer acordo de troca de prisioneiros, como os que a Alemanha assinou com a Inglaterra e a França.

Ao contrário do que escreve Oliveira (2011, p. 79), apesar da lei de censura prévia, os principais títulos da imprensa nacional e regional deram amplo destaque à questão dos prisioneiros de guerra, divulgando os seus nomes, publicando cartas suas ou de seus familiares, dando a conhecer as iniciativas promovidas por inúmeras associações no sentido de aliviar o seu sofrimento e abrindo subscrições públicas a seu favor.

Nas páginas dos jornais, multiplicavam-se as críticas aos poderes políticos por se esquecerem dos milhares de portugueses detidos nos campos de concentração e

por não cumprirem as suas próprias promessas. Em 5 de novembro de 1918, o diário *A Capital* lembra que o governo tinha decretado que “às famílias dos prisioneiros fossem pagas as subvenções de campanha”. Esta seria uma forma de facilitar “meios para que essas famílias pudessem enviar aos seus entes queridos víveres e agasalhos”, mas “decorridos alguns meses”, as subvenções não tinham ainda sido pagas. Na Secretaria de Guerra, não havia “modo de remover as dificuldades” que se opunham à execução do projeto. “Dificuldades burocráticas – diz-se” (Diário de Notícias, 1918, p. 1). Na sessão de 4 de dezembro de 1918 da Câmara dos Deputados, José Vicente de Freitas explica que o não pagamento desse “subsídio correspondente à subvenção de campanha” se deve ao facto de o mesmo não ter ainda sido regulamentado.

Entre agosto e outubro de 1918, com a chegada a Portugal de vários militares que tinham conseguido fugir dos campos de passagem – como a Fortaleza de Lille, em França –, o comando do CEP decide interrogá-los sobre a experiência do cativo e recolher informações acerca “de materiais de guerra e depósitos de armamento; e a situação económica dos alemães” (Oliveira, 2011, p. 34), dados que não possuíam por terem estado pouco tempo detidos e nunca terem estado em campos de concentração.

A assinatura do Armistício, em 11 de novembro de 1918, determina a imediata libertação dos prisioneiros dos países aliados. O delegado português do Serviço de Prisioneiros de Guerra, o Major de infantaria Pestana de Vasconcelos, partira para França em setembro, mas só no dia 27 de dezembro, já na Holanda, dá início oficialmente ao processo de repatriamento (Oliveira, 2011: 90).

Sentindo-se uma vez mais esquecidos, alguns prisioneiros assumem regressar a casa por sua conta e risco. Em 3 de janeiro de 1919, António Pereira dos Santos e outros nove soldados portugueses misturaram-se com um grupo de militares italianos que estava a ser repatriado a partir do campo de Heilsberg, conseguindo ludibriar as autoridades alemãs – outros nove expedicionários tinham sido descobertos. Durante o trajeto, António acaba por separar-se dos seus camaradas, tendo chegado em 27 de janeiro a Cherburgo, cidade a partir da qual estavam a ser repatriados os antigos prisioneiros portugueses (Santos e Santos, 2008, pp. 115-120).

Em Cherburgo, o delegado do Serviço de Prisioneiros de Guerra, Pestana de Vasconcelos, interroga 50 militares de várias patentes com o objetivo de reunir o maior número possível de provas de que a Alemanha violara os tratados internacionais sobre o tratamento dos prisioneiros de guerra e assim, em sede de Conferência de Paz, exigir que a mesma ressarcisse Portugal. Desta forma, o Estado não teria de pagar “do seu próprio bolso reformas antecipadas e pensões de sangue às famílias dos homens mortos nos cativos” (Oliveira, 2011, p. 54). Em julho do mesmo ano, o juiz Pedro de Castro conclui um inquérito nacional a 100 antigos

prisioneiros realizado com o mesmo intuito, mas as pretensões portuguesas não foram atendidas.

Em 21 de março de 1919, o jornal *O Século* publica a carta de um antigo prisioneiro natural de Leiria, na qual este se insurge contra o facto de:

“Os poderes públicos parecer[em] nada se preocupar” com as dificuldades económicas e de saúde com as quais vários antigos companheiros se deparam: “[...] a maior parte dos nossos ex-prisioneiros precisam dum rigoroso tratamento para que possam readquirir a sua saúde abalada uns, e libertarem-se da morte que os procura a passos ligeiros outros. Muitos deles não têm recursos próprios para se poderem tratar convenientemente e os poderes públicos parece nada se preocuparem com isso, deixando de prover a um certo número de medidas a fim de lhes suavizar a vida, como concedendo alguns meses de vencimento e licenças de campanha, dando-lhes a preferência para qualquer emprego público ou particular, etc... Outros ainda necessitam que seja exigido das autoridades competentes o pagamento de todos os seus créditos pois ainda não foram pagos a diversos militares do C.E.P. consideráveis importâncias por eles remetidas às suas famílias há mais de um ano. Finalmente, que se torna necessário o pagamento exacto e em dia de todos os vencimentos a que por lei têm direito na metrópole e no estrangeiro” (*O Século*, 1919).

Quatro anos após o fim da guerra, Diocleciano Augusto Martins, entretanto promovido a general, lê um recorte de jornal intitulado “Os Esquecidos da Grande Guerra”, no qual o articulista lamenta que, em Portugal, “esses heróis se tornassem ‘esquecidos’ e não ‘ressuscitados’ – como em França se chamava, com respeito e admiração aos ex-prisioneiros franceses” (Freitas, 1987, p. 340). O “véu bem espesso” de Ferreira Martins tinha já começado a cair sobre os antigos prisioneiros portugueses.

Referências

- Amaral, F. do, 1923. *A Batalha do Lys, a Batalha de Armentières ou o 9 de Abril*. Lisboa: Tipografia do Comércio.
- Arrifes, M. F., 2004. *A Primeira Grande Guerra na África Portuguesa. Angola e Moçambique 1914-1918*. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional/Edições Cosmos.
- Braz, I., 2014. *Memórias esquecidas: a vida do Capitão António Braz*. Lisboa: Chiado Editora.
- Casimiro, A., 1918. *Calvários da Flandres*. Porto: Renascença Portuguesa.
- Delduque, A., 1919. Notas do cativo. Abandonados. *A Capital*, 25 de julho de 1919, p. 1.
- Diário de Notícias, 1918. Não se pagam as subvenções às suas famílias. *Diário de Notícias*, 5 de Novembro de 1918, p. 1.
- Freitas, M. H. B. C. M. de, 1987. Contributos para a História do Prisioneiro Português na Guerra de 1914/1918. *Revista de Ciências Históricas*, Vol. II, pp. 325-340.

- Lopes, C. J. A., 2012. *Os portugueses na Grande Guerra. Uma experiência de combate e de cativoiro*. Dissertação de Mestrado em Estudos Portugueses Multidisciplinares, Área de Especialização em História Contemporânea. Lisboa: Universidade Aberta.
- Lourinho, M. H., 2006. *Prisioneiros Portugueses na Alemanha. 1ª Grande Guerra 1917-1919*. Lisboa: Edições Prefácio.
- Mariano, F., 2014. Memórias do Cativoiro: A Vida dos Portugueses nos Campos de Prisioneiros Alemães. *Actas do XIII Colóquio de História Militar*. Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar, pp. 633-650.
- Mariano, F., 2012. Os esquecidos da guerra: o apoio das mulheres aos prisioneiros da 1.ª Guerra. *Revista Militar* n.º 2524, pp. 527-543.
- Martins, F., 1935. *Portugal na Grande Guerra*. Lisboa: Editora Ática. 2 Volumes.
- Oliveira, M. J. M., 2011. “Deste Triste Viver” – Memórias dos prisioneiros de guerra portugueses na primeira guerra mundial. Dissertação de Mestrado em História Contemporânea. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/Universidade Nova de Lisboa.
- O Século, 1919. Prisioneiros dos alemães – É preciso pagar o que aos nossos soldados se deve. *O Século*, 21 de março de 1919, p. 3.
- O Século, 1918. A situação dos prisioneiros de guerra – Uma conferência do sr. Conde de Penha Garcia. *O Século*, 9 de Agosto de 1918, p. 1.
- Pinto, A. L. A., 1996. *Memórias de um Dever Cumprido – Portugal na Primeira Grande Guerra*. Lisboa: Liga dos Combatentes.
- Rita, F., 2013. *Na Sombra do Expedicionário: A vida em combate de soldados portugueses na Primeira Guerra Mundial*. Porto: Fronteira do Caos, Editores.
- Santos, G. M. M. dos; G. F. C. Santos, 2014. *A Saga de um Combatente na I Guerra Mundial: De Chaves a Copenhaga*. Lisboa: Âncora Editora/Fundação Vox Populi.
- Santos, G. M. M. dos; G. F. C. Santos, 2008. *António Pereira dos Santos: de Chaves a Copenhaga – a Saga de um Combatente*. Lisboa: Edições Prefácio.
- Teixeira, N. S., 1992. A Fome e a Saudade. Os Prisioneiros Portugueses na Grande Guerra. *Penélope. Fazer e Desfazer a História* n.º 8, pp. 91-114.